

GABINETE DO PREFEITO, EM 19 DE ABRIL DE 2001.

REGISTRADA E PUBLICADA NA SECRETARIA DE CONTROLE E GESTÃO, NA DATA ACIMA E AFIXADO NO LOCAL DE COSTUME.

LEI N.º 690/01 DE 19 DE ABRIL DE 2001
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prof. ANTONIO ARCANJO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Santa Rita do Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul, em pleno exercício de seu cargo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, etc. etc. etc.

FAZ SADER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO APROVOU E ELE SANCONA A SEGUINTE LEI:

- ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado, a abrir um Crédito Especial, no valor de R\$7.500,00 (Sete mil e quinhentos reais) destinados à viabilização de projeto de recepção de sinal e TV Digital, sinalizado no sinal da TV Campo Grande, com qualificação da sinal dessa estação de televisão e distribuição deste sinal à população que se encontra dentro da área de abrangência do sinal a ser entregue ao município, cobrindo pelo menos toda zona urbana de Santa Rita do Pardo-MS.
- ARTIGO 2º - O Crédito Especial objeto do artigo 1º da presente lei, será coberto com recursos provenientes da redução de dotação constante do orçamento vigente.
- ARTIGO 3º - O Decreto de abertura do Crédito Especial objeto desta Lei, especificará a classificação programática e a categoria econômica do crédito aberto e do recurso utilizado.
- ARTIGO 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.
- ARTIGO 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, EM 19 DE ABRIL DE 2001.

REGISTRADA E PUBLICADA NA SECRETARIA DE CONTROLE E GESTÃO, NA DATA ACIMA AFIXADO NO LOCAL DE COSTUME.

LEI N.º 691/01 DE 19 DE ABRIL 2001
DISPÕE SOBRE A FORMA EXCEPCIONAL DE PAGAMENTO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO-IPTU, NO EXERCÍCIO DE 2001.

O Prof. ANTONIO ARCANJO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Santa Rita do Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul, em pleno exercício de seu cargo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, etc. etc. etc.

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO APROVOU E ELE SANCONA A SEGUINTE LEI:

- ARTIGO 1º - O Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, lançado em Real.
- ARTIGO 2º - O Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, do exercício será pago da seguinte forma:
I - À vista ou em parcela única
II - Parcelado em até 04 (quatro) vezes
- ARTIGO 3º - As datas dos vencimentos do imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU de 2001, serão as seguintes:
I - À vista ou parcela única - dia 31 de março de 2001;
II - Em duas parcelas - dia 31 de março de 2001 e 30 de abril de 2001.
III - Em três parcelas - dia 31 de março de 2001, 30 de abril de 2001 e 31 de maio de 2001.
IV - Em quatro parcelas - dia 31 de março de 2001, 30 de abril de 2001, 31 de maio de 2001 e 29 de junho de 2001.
- ARTIGO 4º - Serão concedidos descontos no pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU de 2001, aos contribuintes que não tenham com a Fazenda municipal, débitos de qualquer natureza inscritos em Dívida Ativa, desde que o faça até as datas dos seus respectivos vencimentos:
I - 10 % (dez por cento), para as pagamentos à vista ou parcela única;
II - 05 % (cinco por cento), para os pagamento em até 02 (duas) vezes;
III - 03 % (três por cento), para as pagamentos em até 03 (três) vezes;
IV - sem descontos, para os pagamentos em até 04 (quatro) vezes;
- ARTIGO 5º - O lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, será feito em conta específica, denominada "Conta IPTU", sendo que os contribuintes que possuem débitos inscritos em Dívida Ativa, terão seus carnês carimbados em letras garrafais as palavras "DÍVIDA ATIVA".
- ARTIGO 6º - Esta Lei entra em vigor com efeito retroativo a 01 de março de 2001.
- ARTIGO 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, EM 19 DE ABRIL DE 2001.

REGISTRADA E PUBLICADA NA SECRETARIA DE CONTROLE E GESTÃO, NA DATA ACIMA E AFIXADO NO LOCAL DE COSTUME.

LEI N.º 652/01 DE 08 DE MARÇO 2001
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A LOCAR ÔNIBUS, MICRO - ÔNIBUS E VEÍCULOS UTILITÁRIOS DE TERCEIROS PARA USO NO TRANSPORTE ESCOLAR.

O Prof. ANTONIO ARCANJO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Santa Rita do Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul, em pleno exercício de seu cargo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, etc. etc. etc.

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO APROVOU E ELE SANCONA A SEGUINTE LEI:

- ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a locar de terceiros, pessoas físicas ou jurídicas, ônibus, micro - ônibus e veículos utilitários para uso da Gerência de Educação, Cultura, Esportes e Lazer.
- ARTIGO 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar abastecimento com combustíveis e lubrificantes, bem como, efetuar consertos, reparos e substituição de peças em veículos locados de terceiros, pessoas físicas ou jurídicas, a serviço da Gerência de Educação, Cultura, Esportes e Lazer.
- ARTIGO 3º - As despesas com a execução da presente Lei serão cobertas com recursos oriundos de dotações orçamentárias, constantes do orçamento vigente, suplementadas se necessário.
- ARTIGO 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
- ARTIGO 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, EM 08 DE MARÇO DE 2001.

REGISTRADA E PUBLICADA NA SECRETARIA DE CONTROLE E GESTÃO, NA DATA ACIMA E AFIXADO NO LOCAL DE COSTUME.

LEI N.º 697/01 DE 03 DE JULHO 2001
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM O GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, PARA ADESAO AO FUNDO DE AVAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prof. ANTONIO ARCANJO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Santa Rita do Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul, em pleno exercício de seu cargo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, etc. etc. etc.

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO APROVOU E ELE SANCONA A SEGUINTE LEI:

- ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a celebrar convênio com o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, objetivando adesão ao Fundo de Aval do Estado de Mato Grosso do Sul - FAVAL, criado pela Lei Estadual N.º 2028 de 23 de Novembro de 1999.
- ARTIGO 2º - Os recursos financeiros necessários como contri do Município no FAVAL, originam-se:
I - de dotações consignadas anualmente no Orçamento do Município e as verbas adicionais estabelecidas no decorrer de cada exercício;
II - de recursos financeiros captados através de convênios, acordos e contratos, firmados entre o município e o governo Estadual e Federal;
III - de outros recursos de qualquer origem conforme estabelecida em Lei.
- ARTIGO 3º - A administração dos recursos financeiros liberados para compor o FAVAL no município obedecerá regulamentas conforme a Decreto Estadual N.º 9793, de 08 de Fevereiro de 2000 e as cláusulas contidas no convênio autorizado por esta Lei.
- ARTIGO 4º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a reparar recursos financeiros à conta do FAVAL no município, em valor conforme convênio à ser celebrado.
- ARTIGO 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
- ARTIGO 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, EM 03 DE JULHO DE 2001.

REGISTRADA E PUBLICADA NA SECRETARIA DE CONTROLE E GESTÃO, NA DATA ACIMA E AFIXADO NO LOCAL DE COSTUME.

LEI N.º 698/01 DE 03 DE JULHO DE 2001
ALTERA A LEI N.º 325/97 DE 09 DE MAIO DE 1997

O Prof. ANTONIO ARCANJO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Santa Rita do Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul, em pleno exercício de seu cargo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, etc. etc. etc.

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO APROVOU E ELE SANCONA A SEGUINTE LEI:

- ARTIGO 1º - O artigo 4º, da Lei N.º 325/97 de 09 de maio de 1997, passa a ter a seguinte redação:
a) - ARTIGO 4º - O Conselho Municipal de Entrepessoas que será presidido pelo titular da Gerência de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, será composto de 07 (sete) membros, sendo 04 (quatro) ligados à educação, saúde e assistência social do município e 03 (três) representantes da sociedade civil organizada e se possível, que atuem na prevenção e recuperação de toxicônomos.
- ARTIGO 2º - Permanecem inalterados todos os demais artigos, parágrafos e incisos da Lei N.º 325/97 de 09 de maio de 1997.
- ARTIGO 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.
- ARTIGO 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, EM 03 DE JULHO DE 2001

REGISTRADA E PUBLICADA NA SECRETARIA DE CONTROLE E GESTÃO, NA DATA ACIMA E AFIXADO NO LOCAL DE COSTUME.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO
ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A
FONE/FAX: (67) 591-1123
CEP 79690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

LEI N.º - 697/01 DE 03 DE JULHO 2001

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM O GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, PARA ADESÃO AO FUNDO DE AVAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prof. **ANTONIO ARCANJO DOS SANTOS**, Prefeito Municipal de Santa Rita do Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul, em pleno exercício de seu cargo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, etc. etc. etc.

FAZ SABER QUE A CAMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

- ARTIGO 1º-** Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a celebrar convênio com o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, objetivando adesão ao Fundo de Aval do Estado de Mato Grosso do Sul – FAVAL, criado pela Lei Estadual Nº- 2028 de 23 de Novembro de 1999.
- ARTIGO 2º-** Os recursos financeiros necessários como contrapartida para participação do Município no FAVAL originam-se:
- I – de dotações consignadas anualmente no Orçamento do Município e as verbas adicionais estabelecidas no decorrer de cada exercício;
 - II – de recursos financeiros captados através de convênios, acordos e contratos, firmados entre o município e os governos Estadual e Federal;
 - III – de outros recursos de qualquer origem, concedidos ou transferidos, conforme estabelecido em Lei.
- ARTIGO 3º-** A administração dos recursos financeiros liberados para compor o FAVAL no município obedecerá regulamentos conforme o Decreto Estadual Nº- 9793, de 08 de Fevereiro de 2000 e as cláusulas contidas no convênio autorizado por esta Lei.

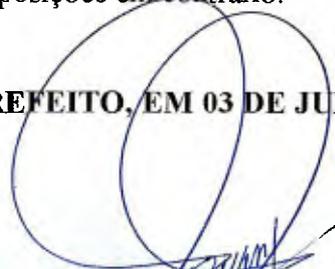


PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO
ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A
FONE/FAX: (67) 591-1123
CEP 79690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

- ARTIGO 4º-** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar recursos financeiros à conta do FAVAL no município, em valor conforme convênio a ser celebrado.
- ARTIGO 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
- ARTIGO 6º** Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, EM 03 DE JULHO DE 2001.


Prof. Antonio Arcanjo dos Santos
Prefeito Municipal

**REGISTRADA E PÚBLICADA NA SECRETARIA DE
CONTROLE E GESTÃO NA DATA ACIMA E AFIXADO NO
LOCAL DE COSTUME.**


JULIO OLIVEIRA FILHO
Secretário de Controle e Gestão



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO
ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

RUA JOAQUIM CECÍLIO DE LIMA, S/Nº
FONE/FAX: (0xx67) 591-1115
CEP 79690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

AUTÓGRAFO DE LEI N.º 055/2.001.
DE 25 DE JUNHO DE 2.001.

DO

PROJETO DE LEI N.º 058/01
DE 17 DE ABRIL DE 2.001

A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, REGIMENTALMENTE APROVOU O PROJETO DE LEI N.º 058/01, AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM O GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL PRA ADESÃO AO FUNDO DE AVAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. PORTANTO AUTORIZO O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SANCIONAR E PROMULGAR A SEGUINTE LEI.

APRESENTA O SEGUINTE AUTOGRAFO DE LEI:

ARTIGO 1º- Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a celebrar convênio com o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, objetivando adesão ao Fundo de Aval do Estado de Mato Grosso do Sul – FAVAL, criado pela Lei Estadual Nº- 2028 de 23 de Novembro de 1999.

ARTIGO 2º- Os recursos financeiros necessários como contrapartida para participação do Município no FAVAL originam-se:

I – de dotações consignadas anualmente no Orçamento do Município e as verbas adicionais estabelecidas no decorrer de cada exercício;

II – de recursos financeiros captados através de convênios, acordos e contratos, firmados entre o município e os governos Estadual e Federal;



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO
ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

RUA JOAQUIM CECÍLIO DE LIMA, S/Nº
FONE/FAX: (0xx67) 591-1115
CEP 79690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

III – de outros recursos de qualquer origem, concedidos ou transferidos, conforme estabelecido em Lei.

ARTIGO 3º- A administração dos recursos financeiros liberados para compor o FAVAL no município obedecerá regulamentos conforme o Decreto Estadual Nº- 9793, de 08 de Fevereiro de 2000 e as cláusulas contidas no convênio autorizado por esta Lei.

ARTIGO 4º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar recursos financeiros à conta do FAVAL no município, em valor conforme convênio a ser celebrado.

ARTIGO 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ARTIGO 6º Revogam-se as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, 25 DE JUNHO DE 2.001.


Elcio Padovan Correia
Presidente


José Milton de Sousa
1.º Secretário



ESTE AUTÓGRAFO DE LEI N.º 055/01, FICARÁ AFIXADO NA PORTARIA DESTA CASA LEGISLATIVA, PARA CONHECIMENTO DO PÚBLICO E REGISTRADO NAS FOLHAS DO LIVRO PRÓPRIO.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO
ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A
FONE/FAX: (67) 591-1123
CEP 79690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

Santa Rita do Pardo – MS, 17 de abril de 2.001.

OF. N.º 711 /01

Senhor Presidente:

ASSUNTO: Projeto de Lei Nº- 058/01

Juntamos ao presente, para deliberação dessa egrégia Câmara Municipal, em regime de urgência especial, o Projeto de Lei em epígrafe, que “Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar Convênio com o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, para adesão ao Fundo de Aval do Estado do Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

Sendo só o que nos oferece, subscrevemo-nos aproveitando o ensejo para reiterar nossos protestos de estima, consideração e apreço,

Câmara Municipal de
Santa Rita do Pardo - MS

PROTOCOLO GERAL

N 205 / 01

13 / 06 / 01

JH.

Visto

Atenciosamente,

Prof. Antonio Arcangelo dos Santos
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.
Ver. ELCIO PADOVAN CORREIA
DD. Presidente da Câmara Municipal
NESTA



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO
ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A
FONE/FAX: (67) 591-1123
CEP 79690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

PROJETO DE LEI N.º- 058/01 DE 17 DE ABRIL 2001

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM O GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, PARA ADESÃO AO FUNDO DE AVAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Câmara Municipal de
Santa Rita do Pardo - MS

PROTOCOLO GERAL

N.º 205 / 01

13 / 06 / 01

Diff.

Viso

O Prof. ANTONIO ARCANJO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Santa Rita do Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul, em pleno exercício de seu cargo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, etc. etc. etc.

APRESENTA O SEGUINTE PROJETO DE LEI:

ARTIGO 1º- Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a celebrar convênio com o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, objetivando adesão ao Fundo de Aval do Estado de Mato Grosso do Sul – FAVAL, criado pela Lei Estadual Nº- 2028 de 23 de Novembro de 1999.

ARTIGO 2º- Os recursos financeiros necessários como contrapartida para participação do Município no FAVAL originam-se:

I – de dotações consignadas anualmente no Orçamento do Município e as verbas adicionais estabelecidas no decorrer de cada exercício;

II – de recursos financeiros captados através de convênios, acordos e contratos, firmados entre o município e os governos Estadual e Federal;

III – de outros recursos de qualquer origem, concedidos ou transferidos, conforme estabelecido em Lei.

ARTIGO 3º- A administração dos recursos financeiros liberados para compor o FAVAL no município obedecerá regulamentos conforme o Decreto Estadual Nº- 9793, de 08 de Fevereiro de 2000 e as cláusulas contidas no convênio autorizado por esta Lei.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO
ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A
FONE/FAX: (67) 591-1123
CEP 79690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

ARTIGO 4º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar recursos financeiros à conta do FAVAL no município, em valor conforme convênio a ser celebrado.

ARTIGO 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ARTIGO 6º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, EM 17 DE ABRIL DE 2001.


Prof. Antonio Arcanjo dos Santos
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO
ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 910 - BLOCO A
FONE/FAX: (67) 591-1123
CEP 79690-000 - SANTA RITA DO PARDO - MS

Justificativa do Projeto de Lei nº- 058/01

Senhor Presidente:

Senhores Vereadores:

O presente Projeto de Lei, tem por objetivo, obter autorização legislativa para que o município de Santa Rita do Pardo, possa aderir ao Fundo de Aval do Estado de Mato Grosso do Sul, visando o desenvolvimento econômico através de recursos financeiros a serem obtidos através de instituições oficiais.

Dado a importância deste Projeto e a exigüidade de tempo para sua implantação, rogamos que o mesmo seja deliberado em regime de urgência especial.